

Entre maternidade e dilemas subjetivos: a experiência política de Teresa Urban – Paraná (1964-1985)

Between maternity wards and subjective dilemmas; the political experience of Teresa Urban – Paraná (1964-1985)

Carla Cristina Nacke Conradi*

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir a relação entre militância política e maternidade, a partir da memória autobiográfica de uma militante paranaense, Teresa Urban. Ao narrar seu passado político, durante a ditadura civil-militar, Teresa evidenciou o quanto inconciliável foi experimentar a maternidade durante a militância, ao ponto de abandonar o sonho da revolução para assumir sua condição de mãe. A história de vida de Teresa permite visualizarmos melhor um conjunto de relações entre militância e maternidade, já que a sua militância foi transpassada por essa experiência. Contudo, apesar de diversos relatos e testemunhos de mulheres que narram suas experiências de militante e também de mães, são poucos os trabalhos que ao tratarem do protagonismo feminino analisam a maternidade. Como ter um engajamento político, durante a militância, clandestinidade e exílio e, ao mesmo tempo, carregar um/a filho/a no ventre ou no colo? São estas as reflexões que Teresa faz ao retornar ao seu passado, pois como nos conta, a militância foi um projeto pessoal que tinha como objetivo mudar a realidade política e social do país. Analisar uma trajetória não é construir um padrão de militância, mas permite desvendarmos um pouco mais da vivência de mulheres durante a ditadura militar, em especial a luta pela democrática no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar, Paraná, maternidade, militância política, subjetividade.

Abstract

This article aims to discuss the relationship between political activism and motherhood, analyzing, with particular emphasis, Teresa Urban's – a militant in the Southern Brazilian state of Paraná – autobiographical memory. Narrating her political past during the Brazilian civil-military dictatorship, Teresa revealed how difficult it was for her to reconcile motherhood and

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: caconradi@yahoo.com.br

activism, abandoning, in this way, the dream of revolution to assume her motherhood experience. Teresa's life story allows us to visualize a set of relationships between militancy and maternity, since her militancy was transfixed by this experience. Despite numerous reports and testimonies of women who narrate the imbrication of their militant and motherhood experiences, few authors discussed women's role in militancy in dialogue with their experiences as mothers. Therefore, how a woman can have a political engagement while carrying a child in the womb or in the arms? These are some of the reflections that Teresa did when remembered her past, because, in her own words, militancy was a personal project that aimed to change the political and social reality of the country. To analyze a life trajectory is not to build a pattern for women's militancy history, but allows us to think deeply about the women's experience during the Brazilian civil-military dictatorship, especially the struggle for democracy in the State of Paraná.

Keywords: Civil-military dictatorship, Paraná, motherhood, political activism, subjectivities.

Há alguns anos, os usos do gênero no contexto da resistência a ditadura civil-militar¹ no Brasil é objeto de nossas pesquisas, em especial a militância feminina no Estado do Paraná, entre os anos 1964 e 1985. Recentemente, na tese de doutorado² analisamos a experiência política de mulheres que escolheram para si o projeto da militância, em favor da liberdade democrática, através de narrativas autobiográficas.³ Foram entrevistadas 25 mulheres paranaenses,

¹ A conjuntura de instauração do golpe militar e estruturação da ditadura não foi um processo que apenas mobilizou os militares, ao contrário, foi um processo que articulou ativamente setores civis consideráveis, justifica-se, a partir desta assertiva, a chamar a ditadura de ditadura civil-militar, e não mais de ditadura militar, porque essa última nomenclatura mascara, e fazendo esquecer, os civis que participaram do processo. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

² Este texto faz parte das reflexões produzidas durante a tese de doutorado na Universidade Federal do Paraná, intitulada "Memórias do Sótão": vozes de mulheres na militância política contra a ditadura militar no Paraná (1964-1985). Pesquisa financiada pela Capes.

³ Conforme Margaret Rago, "a noção de espaço autobiográfico é entendido a partir dos diferentes tipos de narrativas de si, entre memórias, depoimentos, entrevistas, correspondências, diários ou *blogs*, que permitem cartografar a própria subjetividade". Portanto, muito mais que narrar suas vidas, enquanto histórias de vida, os sujeitos demonstram uma preocupação com a reinvenção de si e da relação com o outro, dentro de uma perspectiva ética. RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se. Feminismo*, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 33.

que ao contarem sobre si, sobre um passado de ação política, constituíram novas subjetividades.

Detenhamo-nos um pouco nas memórias autobiográficas. Nas entrevistas foi solicitado que as mulheres narrassem suas vidas em tempos de ditadura civil-militar, e elas falaram sobre si elegendo a militância política como enredo para tecer suas histórias, visto que todos os temas narrados – desde a infância aos desdobramentos da luta política – se convergiram para um dos momentos mais marcante, a luta contra a ditadura. Para remontar suas experiências, as narradoras estruturaram suas memórias a partir de um fio condutor, a militância, por entenderem que, foi no momento da militância que elas vivenciaram a experiência política. Portanto, a política é o lugar de agência,⁴ da construção das subjetividades destas mulheres, que se constituíram como sujeitos políticos, a partir de suas resistências. Um processo que se iniciou na época da infância/adolescência, contudo, para elas, a resistência está localizada na ação política contra a ditadura civil-militar. As militantes recorrem ao passado para construir uma autorepresentação de rebeldia, inconformidade e comprometimento desde a mais tenra idade com a justiça social, como suporte para a constituição de suas subjetividades na e pela militância. Nas narrativas vivenciais elas descrevem a si mesmas como mulheres cultas que questionaram as identidades de gênero desde muito cedo, e enfatizaram a independência de suas ações, como mulheres que escolheram a militância por um impulso subjetivo de rebeldia e pela justiça social.

O percurso autobiográfico das mulheres foi interpretado a partir da crítica à “ilusão biográfica”, de Pierre Bourdieu,⁵ que entende o relato biográfico ancorado no pressuposto de “que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”.⁶ Segue, portanto, que, na construção da memória há uma série de artifícios e de sínteses que fazem parte da construção de uma mirada para o passado, um olhar que precisa ser unificador, coerente, organizado, idílico, romanceado, um olhar que se relacionasse com legados maternos e paternos e se misturasse com outras experiências de ordem pessoal e afetiva. As militantes não podem

⁴ O agenciamento político das mulheres foi pensado a partir da noção de agência de Judith Butler, para quem as resistências são locais da ação política dos sujeitos, dada a capacidade política destes, através das estratégias de sobrevivência, resistência e negociações. BUTLER, Judith. *Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.

⁵ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996. p. 183-191.

⁶ *Ibidem*. p. 184.

ser interpretadas como sujeitos fechados e com destinos marcados, mas, sim, como produtoras de diversas identidades e de subjetividades.

Neste sentido, ao narrarem o passado político as mulheres não trataram a militância como uma experiência distinta, separada e distante de suas vidas privadas. Recordar o passado era também trazer à tona as memórias maternas. Como recordar os dias de luta sem entrelaçar a esta memória a experiências de carregar seus/uas filhos/as em seus ventres e/ou seus colos? Nossa proposta neste artigo é construir um olhar interpretativo sobre as narrativas autobiográficas das militantes, agora não mais atentos somente a memória política, mas perceber como a experiência materna está intrinsecamente atada à memória política. Como tão bem demonstra Leonor Arfuch⁷ ao construir a noção de espaço biográfico, as narrativas que tratam do retorna ao eu, tem na estrutura o deslocamento e a descentralização dos conceitos de público e privado. Trata-se, pois, de ir além do clássico paradoxo entre o público e o privado, em que um dos termos implica certa negatividade, para impetrar, pelo contrário, um enfoque não dissociativo entre ambas as esferas. Mas, considerar a crescente visibilidade do íntimo/privado, articulada de maneira complexa, com a invisibilidade dos interesses privados, não como um excesso, ou como uma causa que desestabiliza um equilíbrio dado, e sim, como crucial a uma dinâmica dialógica e historicamente determinada na qual, as duas esferas se interpenetram e se modificam incessantemente. Nessa dinâmica, então, o biográfico define-se como um espaço intermediário, às vezes como mediação entre o público e o privado, e outras vezes, como indecidibilidade na constituição de ambas as esferas.

Na análise das entrevistas percebemos que cada uma das mulheres construiu, de maneira distinta, a sua ação política, com processos de agenciamentos muito próprios. Todavia, ao mesmo tempo que traçaram percursos subjetivos distintos, as entrevistadas não deixaram de mencionar a maternidade. Mesmo que fosse apenas para registrar a gravidez ou os cuidados com os/as filhos/as, em meio as atividade das organizações de esquerda que faziam parte, ou expressarem seus arrependimentos e ressentimentos de terem gerado filhos/as em um dos piores períodos de suas vidas. Todavia, houve uma entrevista que evidenciou demasiadamente a relação entre militância e maternidade, que por muitas vezes não sabíamos se a narradora estava a falar sobre sua militância ou sua maternidade. A narrativa de Teresa Urban, se diferenciou das demais.

⁷ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio Janeiro: EDUERJ, 2010.

Depois da entrevista de Teresa e conhecer sua história de vida, antes mesmo de analisar sua narrativa, já sabíamos que a escrita de si, o retorno que ela fez à sua militância, estava intrinsecamente conectado com a maternidade vivida durante o engajamento político. Somente nos restava saber quais conexões eram essas! Sua narrativa deixava claro que seu protagonismo político somente poderia ser entendido se pensado a partir e através das questões de sua vida privada, em grande medida por seus sentimentos e ressentimentos em relação à maternidade. E neste artigo, é a história de Teresa que queremos contar, pois será a partir de seus dilemas subjetivos que poderemos pensar a relação entre um projeto pessoal pela militância política e a maternidade, condição inerente a identidade de gênero feminina.

Teresa Urban, Condinome Batista

Teresa Urban, militante política considerada símbolo da resistência à ditadura civil-militar no Paraná, fez da cidade de Curitiba seu território de militância. Em 2015 recebeu, como homenagem *póstuma, a ação honrosa de ter seu nome* atado a Comissão Estadual pela Verdade do Paraná, que passou a se chamar Comissão Estadual pela Verdade do Paraná – Teresa Urban. Conforme Márcio Kieller, vice-presidente da CUT-Paraná e um dos membros da Comissão, a decisão dos/as membros/as em homenageá-la foi unânime e tinha como objetivo condecorar sua importância política e reconhecer publicamente que ela era uma “histórica lutadora contra as graves violações aos direitos humanos, Teresa Urban, militante social, ambiental e política que [foi] até o fim da vida uma combatente incansável na luta pelos direitos humanos no Paraná e no Brasil”⁸.

A militante nasceu em Curitiba em 1946, filha de imigrantes poloneses, que lhe ensinaram formas distintas de perceber e viver o mundo, o que contribuiu com a sua formação. Seu pai Estanislau Urban veio da Polônia muito pequeno e, desde criança, foi operário. Assumiu o Brasil como seu país, portanto tinha um olhar crítico sobre a realidade brasileira, ensinava a seus filhos e filhas que deveriam acompanhar, durante a vida, “da vida real, da

⁸ Os trabalhos da Comissão se iniciaram em abril de 2013, criada depois da aprovação, pela Assembleia Legislativa, da Lei nº 17.362, de 27 de novembro de 2012, e empossada pelo governador do Paraná. A mudança de nome para Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban ocorreu em 2014. KIELLER, Márcio. O histórico legado da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. Disponível em: <<http://sindijorpr.org.br/artigos-interna/5/artigos/5696/o-historico-legado-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana-%E2%80%93-teresa-urban>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

vida política e da vida social”.⁹ Foi de seu pai que Teresa herdou sua paixão pelos livros e pelos jornais. Da mãe Janina Urban herdou a compaixão pelo próximo, a necessidade de fazer algo pelo semelhante, algo “forte em minha formação!”.¹⁰ Sua mãe era completamente o oposto de seu pai, pois tinha assumido o lado conservador e religioso da cultura polonesa, portanto era, segundo ela, ferozmente anticomunista. E, a partir dessas duas experiências muito ricas, Teresa moldou seu projeto de vida.

Estudou em colégio católico, influenciada por sua mãe, mas os problemas com a autoridade religiosa começaram a aparecer: “Era um período para mim desconcertante”.¹¹ A rigidez e a disciplina católica eram firmemente questionadas por Teresa. A submissão às regras e às freiras irritava Teresa, e não era pelo fato de que ela “tivesse alguma formação política, mas eu sempre fui fora do eixo”¹².

A rebeldia estava presente dentro de casa também. Por decisão de sua mãe, Teresa, com pesar, cursou a Escola Normal em vez do Científico, “porque isso significava que eu estava com um pé na universidade e acho que ela tinha planos mais simples para a filha dela”.¹³ Teresa era, porém, persistente e decidiu fazer jornalismo na UFPR, uma profissão masculina e de homens desregrados, na concepção de sua mãe. Foi nesse período que Teresa se identificou com a militância política, se vinculando ao movimento estudantil. Nesse mesmo período, em 1965, Teresa partiu para o Nordeste do Brasil, com um grupo de estudantes da Universidade de Cornell, dos Estados Unidos. Esse foi para ela um momento decisivo por dois motivos: Teresa conheceu a realidade de extrema miséria da população brasileira e teve conhecimento da atuação das Ligas Camponesas, que lutavam contra a repressão da ditadura: “Aí meu mundo explodiu e aquilo definiu a minha vida”.¹⁴

Voltou para casa determinada, queria fazer a revolução no Brasil. Para tanto, Teresa foi buscar o seu caminho e se filiou à Juventude Universitária Católica – JUC e, por mais que tivesse algumas reservas contra Igreja Católica, ela precisava começar sua militância por alguma organização. Os anos se passaram e Teresa não se identificava com as propostas das organizações de

⁹ URBAN, Teresa. 66 anos. Depoimento em 26 de abril de 2013, Curitiba. Entrevistadora: ... Acervo da autora.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

esquerda. O debate era intenso sobre as diferentes interpretações da realidade do país e qual seria a via para a revolução, se a política ou se a luta armada.

Tempos depois, Teresa aderiu à única organização que respondeu às suas perguntas, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP, uma organização marxista-leninista que tinha como proposta a organização do Partido de Vanguarda da Classe Operária e se opunha à luta armada. Essa escolha foi decisiva para iniciar o seu projeto de militância. Teresa, com o codinome de Batista, foi designada para iniciar uma célula em Londrina trabalhando como boia-fria, o segmento que a POLOP tinha eleito para ser organizado. Naquele período Londrina era uma cidade pequena e Teresa, uma jovem descendente de poloneses, portanto loira de olhos claros, que se passava por uma boia-fria, “uma estratégia ingênua, a gente montava uma cédula para um povo errante, né?! Volante como eles diziam”.¹⁵

Teresa foi presa diversas vezes. Em 1970 foi presa por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social –DOPS, ao ser associada ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR-8, ficou 25 dias no Quartel da Polícia do Exército e foi interrogada e torturada pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, até alguém confirmar que ela não pertencia aos quadros do MR-8, “mas já estava feito, já tinha apanhado tudo o que tinha que apanhar”.¹⁶ As marcas da tortura ficaram para sempre em sua vida, em sua memória e em seu corpo. Teresa ficou muito debilitada por causa da tortura, seu marido havia tentado suicídio na prisão e, quando foram soltos, a única alternativa era o exílio no exterior, pois sabiam que o casal seria vigiado pela polícia, que dificilmente ficariam livres e “ele não tinha condições de continuar aqui, ele estava mentalmente muito abalado”.¹⁷ Assim, Teresa decidiu seguir para o exílio, acompanhando o seu companheiro e deixando seu filho com sua mãe.

No Chile, doente e grávida, Teresa até tentou se envolver com o Movimento de Izquierda Revolucionários – MIR e militar pela revolução chilena, mas não tinha mais forças. Sua segunda filha nasceu no Chile e Teresa achou melhor que sua mãe a levasse para o Brasil, onde teria mais condições de vida e segurança. O ressentimento de estar longe dos filhos fez com que Teresa decidisse retornar para cumprir sua pena: “Eu nunca fui ouvida pela Justiça Militar, eu nunca respondi processo nenhum, mas eu fui condenada a

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

2 anos de prisão”.¹⁸ Teresa foi condenada a cumprir a pena na Penitenciária Feminina de Piraquara, mas não ficou nem um mês, fez greve de fome e foi salva pela Irmã Araújo, da Congregação das Irmãs de Caridade. Cumpriu o restante da sentença no Convento, em regime fechado, e aprendeu a tricotar casaquinhos para seus filhos.

O ano de 1975 foi o retorno à legalidade, o que trouxe muitas mudanças à vida de Teresa. A legalidade exigia de Teresa a retomada de seus projetos pessoais, que até o momento da clandestinidade, estavam embasados na revolução, no projeto coletivo de derrubada do regime e na militância. O desgaste do seu casamento e a separação seguiu a regra do que aconteceu com muitos casais que viveram juntos a militância: “Eu acho que, se você fizer um corte em como foram as relações entre homens e mulheres que casaram nesse período e que ficaram juntos, são muito poucos. Acho que são bem poucos”.¹⁹ Assumindo o posto de mãe, responsabilizou-se pelo sustento dos filhos e percebeu que as batalhas ainda não tinham acabado. Uma primeira questão era como registrar-se como jornalista e conseguir um emprego, se ela não conseguia o atestado de bons antecedentes criminais: “As pessoas daqui fugiam de mim que nem o diabo foge da cruz”.²⁰ A salvação veio novamente das irmãs de caridade, que convidaram Teresa para assumir a redação do *Jornal Voz do Paraná*. Doravante Teresa foi trilhando o seu caminho, trabalhou na *Revista Veja* e no *Jornal O Estado de São Paulo*, entre outros.

O projeto revolucionário e a maternidade

Segundo o filósofo Henri Bergson, “na memória, o tempo verdadeiro é o tempo vivido, aquele que a consciência faz durar”.²¹ Para Teresa, o tempo vivido e perseverante na memória foi o da luta contra a ditadura civil-militar. Aquele tempo não foi apenas uma extensão do seu passado. Muito pelo contrário, foi um tema muito recorrente em sua vida. Por inúmeras vezes a militante escreveu e concedeu entrevistas, narrando e analisando o período da ditadura. No entanto, o retorno de Teresa à sua trajetória política durante os anos da ditadura está atrelado à maternidade de seu filho e de sua filha.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1990. p. 45.

Assim, em sua narrativa Teresa se volta para a sua história e, ao falar de si, menciona a maternidade.

Na entrevista, não demorou muito para a narradora articular a maternidade à sua militância política. Em uma das prisões, a mais significativa de todas, definida por ela como “uma prisão pesada”,²² em junho de 1970, Teresa foi presa por agentes da DOPS ao ser associada ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR-8, o que de fato foi um engano. Ela nunca havia militado nessa organização, mas a perseguição aos/às militantes da luta armada era desordenada. Teresa e o companheiro moravam com os pais dela, época em que seu filho tinha apenas quatro meses de idade. No dia em que os agentes da DOPS prenderam o casal, eles estavam sozinhos com o filho. No momento da prisão, os policiais queriam levar a criança junto e Teresa, assustada, mas consciente, convenceu-os a deixarem seu filho sozinho em casa. Era uma das situações mais difíceis vivida por ela, mas sabia que não poderia levar a criança. Temia por seu paradeiro e por sua vida: “Eu só tinha pavor de levá-lo”.²³ E, de fato, durante as sessões de torturas com o delegado Sérgio Fleury, a militante deveria colaborar, senão a vida de seu filho corria riscos.

Durante o exílio no Chile, Teresa engravidou novamente e teve uma gravidez de risco por causa da violência das torturas. E, com o nascimento de sua segunda filha, as crianças passaram a morar no Brasil, enquanto Teresa permaneceu no Chile. A separação de seu marido e a constatação de que suas escolhas individuais, como a militância pela revolução, não deveriam pesar sobre seus filhos, fez com que Teresa voltasse ao Brasil e se entregasse à polícia. Para ela, cumprir a pena era uma forma de cuidar de seus filhos. Pensativa sobre as duas maternidades, a narradora nos conta que:

Acho que... a hora que eu fui presa, a decisão de deixar ele fora tinha dois aspectos, quer dizer, é... um, eu sabia que alguém ia cuidar dele que lá não ia e o segundo é que ele era uma arma na mão dos cara. [...] Quando eu me entreguei aqui, eu assumi a minha condição de mãe. E eu renunciei os meus sonhos de uma revolução.²⁴

A fala de Teresa Urban nos dá uma aparente percepção de que a militância e a maternidade são duas experiências inconciliáveis. Em certa medida isso até pode ser um fato, haja vista que, entre as mulheres entrevistadas, que falaram sobre a maternidade, essa ideia perpassava suas narrativas. Ao,

²² URBAN, Entrevista, 26 abr. 2013.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

contudo, analisar as experiências delas, constatamos que, se, por vezes, a maternidade não era compatível com a militância política, também não foi um empecilho, e para essas mulheres, a militância também não era um obstáculo na decisão de terem filhos/as. A história de vida de Teresa permite que visualizemos melhor esse conjunto de relações entre militância e maternidade, já que a sua militância foi transpassada por essa experiência.

Ivonete Pereira,²⁵ em seu estudo de caso sobre duas mulheres, uma brasileira e outra argentina, acerca da identificação delas com a militância e a maternidade, deixa claro como a relação familiar criada por Amelinha²⁶, durante sua clandestinidade, lhe assegurava certo anonimato, que fazia com que não houvesse desconfiança, da vizinhança, sobre quem ela era. Temos a impressão, ao ler o artigo de Pereira, que, de certa forma, a maternidade deu à Amelinha, no momento de clandestinidade, relativa segurança, já que tentava criar, frente aos vizinhos, a imagem de apenas uma dona de casa, mãe de família.

Se, por um lado, podemos ver a compatibilidade da militância de Amelinha com a maternidade, o mesmo não aconteceu na militância de sua irmã, Criméia.²⁷ Margareth Rago²⁸ analisou a trajetória de vida de Criméia, integrante da Guerrilha do Araguaia,²⁹ presa em São Paulo em estado de gra-

²⁵ PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, jan./dez. 2009.

²⁶ Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, era militante do Partido Comunista do Brasil, foi presa em 28 de dezembro de 1972, quando trabalhava na editorial do jornal do partido. Sobre sua história, ver: TELLES, Maria Amélia Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 284-292.

²⁷ Criméia Alice de Almeida Schmidt era militante do Partido Comunista do Brasil. Foi presa em 1972 por ter participado da Guerrilha do Araguaia. Sobre a experiência de Criméia nesse período, ver: RAGO, Margareth. Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana M & WOLFF, Cristina (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, SC: Editoras Mulheres, 2010; Entrevista com Criméia Alice de Almeida Schmidt. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, nº 26, 2008.

²⁸ RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 156-173.

²⁹ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro, contra a ditadura militar, que ocorreu na região do Araguaia (entre Marabá/PA e Xombioá/TO), nos anos de 1972 e 1975. O movimento foi composto por 69 homens e 12 mulheres. Para discutir as relações de gênero na Guerrilha do Araguaia, a historiadora Cristina Scheibe Wolf expôs que apesar da Guerrilha não se pautar em ideias feministas, os companheiros tiveram que fazer concessões aos desejos femininos de igualdade. Para debater o tema a autora apresentou um relato de Criméia Alice Schmidt de Almeida: “a experiência da guerrilha rural do Araguaia foi de ‘igualdade e de superação para todos’, já que as mulheres participaram do ‘trabalho pesado’ e os homens aprenderam a cumprir as tarefas domésticas que eram escrupulosamente divididas entre todos. Se as ‘companheiras’ mulheres podiam empunhar um fuzil ou uma enxada ou machado, os ‘companheiros’

videz. Segundo a autora, a experiência de ser presa estando grávida foi muito dolorosa para a militante e, por mais que sua condição a tenha poupado de torturas físicas ou de violência sexual, as constantes ameaças à vida de seu bebê a aterrorizaram em todo o período da prisão. A relação entre mãe e filho também foi afetada pelo cárcere, pois foi negada a ela a prática materna da amamentação. Depois do nascimento da criança, os militares deram medicamentos para que o leite de Criméia secasse.³⁰ Pela leitura do estudo de Rago, podemos sugerir que as experiências vividas por Criméia demonstram o quanto a relação militância e maternidade era algo incompatível para ela, pois, segundo a própria militante, o melhor naquele momento era ser independente, sem filhos, sem família, porque imaginar que eles poderiam responder pelas atitudes dela era muito difícil de conceber.

As narrativas autobiográficas de Amelinha, Criméia e Teresa revelam o que significou para elas, ter e cuidar de crianças pequenas em situações de clandestinidade e violência. Evidencia-se assim que a maternidade, enquanto uma prática social, foi vivenciada incessantemente pelas mulheres durante a ditadura civil-militar, e que essas mulheres grávidas, mães recentes ou com filhos/as pequenos/as participaram ativamente de tarefas políticas, desde grafiteagem, panfletagem, reuniões clandestinas e até a luta armada.

Ao evidenciar essas trajetórias, algumas questões se tornam provocadoras à pesquisa histórica: –Como essas mulheres estão entendendo e narrando suas experiências da militância e da maternidade? –Como essa relação é trabalhada pela historiografia da ditadura civil-militar no Brasil? Mas, uma pergunta reluz antes de qualquer outra: –Essa relação está sendo trabalhada pela historiografia da ditadura civil-militar no Brasil?

De maneira geral, chegamos a um impasse, pois, se na atualidade, temos diversos relatos, testemunhos de mulheres que narram suas experiências de militante e também de mães,³¹ contrapondo-as, muitas vezes existe um vazio

homens certamente também podiam aprender a cozinhar, limpar e lavar a louça”. WOLF, Cristina Scheibe. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 442. Todavia, segundo ainda a autora, isto não impediu que ocorressem discriminações de gênero e as posições de liderança fossem assumidas, geralmente, pelo sexo masculino. Sobre a Guerrilha do Araguaia, ver ainda: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das desilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. MORAIS, T.; SILVA, E. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração, 2005. POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a guerrilha*. Documentos inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

³⁰ RAGO, op. cit., p. 170.

³¹ A metodologia da história oral, empreendida pelos/as pesquisadores/as, tem possibilitado o conhecimento de inúmeras histórias de vida de mulheres, que participaram da resistência à ditadura militar, a partir de suas narrativas. Um espaço que tem coletado diversos relatos das experiências de mulheres, no Brasil e em

historiográfico em torno dessas narrativas. Alguns trabalhos no âmbito dos estudos de gênero e de viés feminista têm discutido essa relação, originando algumas considerações pertinentes, principalmente ao formular críticas não somente como a memória social sobre a ditadura civil-militar no Brasil vem sendo construída, mas como, dentro das pesquisas sobre o protagonismo de mulheres, durante esse período, a maternidade é discutida. Esses estudos têm mostrado que a maternidade durante a militância, em muitos casos, se trata de uma maternidade decidida de maneira consciente, já que são mulheres jovens que elegeram a militância como projeto de vida e, mesmo sabendo das complicações de serem mães nesse período, também elegeram a maternidade. E, naquele momento, para essas mulheres, não havia a necessidade de engravidar pela imposição do “relógio biológico”, que determinaria quando a mulher deve ser mãe, o que ressalta ainda mais a liberdade dessa escolha.

Outra questão é: –Não há como delinear a militância feminina sem adicionar à maternidade a sua indiscutível marca de gênero, somente as mulheres podem parir e, para elas, há uma parte desta prática que é inegável e, ainda, pouco explorada pelas/os historiadoras/es: –Como, em uma vida clandestina ou nas prisões, realizar o devido acompanhamento médico para o pré-natal? –Como enfrentar uma gravidez de risco, precisando estar em repouso e fugindo da repressão? –Como essas mulheres vivenciaram os partos feitos em situações de extremo risco, seja em aparelhos, no cárcere ou em centros clandestinos de detenção? –E os sentimentos de solidão e de desamparo vividos pelas mulheres que pariram e não tiveram o mínimo necessário à chegada dos/as recém-nascidos/as e também não puderam amamentar? –A preocupação com a saúde dos bebês, já que não tinham acompanhamento médico? –Como dar conta da gestão do cotidiano com filhos/as pequenos/as, dada a inexperiência por serem, muitas delas, mães pela primeira vez? –E os sentimentos de culpa e de angústia por precisarem deixar seus/as filhos/as com familiares, por temerem pela segurança deles/as? –Quais foram as estratégias, as adequações e os improvisos para conciliar militância e maternidade? –Será que alguns desses pontos, elencados acima foram identificados por essas mulheres durante a experiência da maternidade? –Qual era o modelo de maternidade que elas tinham?

outros países da América Latina, é o Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, através do projeto “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”. Apesar de o projeto não investigar a maternidade vivida no período estudado, ela foi constantemente mencionada pelas militantes entrevistadas, fato revelado através dos estudos que analisaram essas narrativas.

Em se tratando de estudos no Brasil sobre a militância de mulheres, percebemos que, nos últimos anos, houve um crescimento na produção acadêmica, porém essa produção, embora seja consistente, ainda é restrita, ou seja, essa historiografia, por mais que não pretenda abranger a historicidade absoluta das experiências das militantes, não abrange muitas interfaces dessas experiências e uma das interfaces não contempladas é a maternidade. Talvez, para essa historiografia, a construção do perfil dessas mulheres não perpassasse pela maternidade, e sim por suas atuações como sujeitos ativos na luta, insurgindo no espaço público, político e masculino. Eram, ao mesmo tempo, opositoras e subversivas dos valores sociais, portanto atrelá-las às condições de sua identidade de gênero seria contraditório. Assim, a representação da militante, que tem em uma das mãos um fuzil e em outra o/a filho/a, é dificilmente imaginada por nós quando pensamos nas militantes brasileiras. Isso é diferente da imagem que temos das mulheres combatentes da Revolução Cubana, que foram representadas pelo governo pós-revolução como guerrilheira e mãe, já que essas duas *performances* se complementavam, reforçando a necessidade de a combatente continuar a servir o país cubano através da maternidade.³²

As reflexões sobre militância e maternidade apresentadas até o momento evidenciam que a experiência da maternidade durante a ditadura civil-militar tem um papel primordial dentro da história da militância feminina ou se constitui por si só um campo de estudo, mas, ao ser pouco estudada, apesar de o tema já ser analisado por algumas/ns historiadoras/es, permanece ainda desconhecido. Na tese de doutorado, a experiência da maternidade no período da ditadura não foi o foco da pesquisa, todavia ao refletirmos sobre a história da militância feminina no Estado, propusemos destacar, no interior dessa história, a experiência da maternidade para que pudéssemos pensar a memória materna de Teresa.

³² Ao analisar a experiência do protagonismo de mulheres, através da análise da memória das mulheres que lutaram na Revolução Cubana, a imagem acima citada foi mencionada por diversas combatentes em seus relatos. Em Cuba, as mulheres que atuaram no processo revolucionário são denominadas, pela sociedade e pela produção historiográfica, como combatentes. Essas considerações foram identificadas na Missão de Estudos do Projeto de Intercâmbio entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidad de Holguín. No estudo desenvolvido foram entrevistadas 12 mulheres combatentes no período de 1955 a 1960, da luta clandestina e do exército rebelde contra a ditadura de Fulgencio Batista, e posteriormente atuaram nas milícias femininas de defesa da Revolução de 1958 e foram fundadoras da Federação das Mulheres Cubanas. Uma dos resultados da pesquisa desenvolvida foi a constatação do silenciamento da participação das mulheres cubanas no processo revolucionário, e a construção da imagem masculina do revolucionário herói da Revolução Cubana.

A narrativa de Teresa, em um primeiro momento, não atrelou a sua história de vida à ditadura. A militante descreveu com detalhes os episódios da ditadura civil-militar no Paraná e no país, citou nomes de companheiros e de companheiras e discutiu o aparelhamento e as políticas de diversas organizações de esquerda. Quando iniciou a narrativa sobre si, a postura de Teresa mudou, abaixou seu tom de voz, fez longas pausas, fixou seu olhar em um único local. Em outras ocasiões nos olhava seriamente, parecia estar pensando no que dizer ou, talvez, como materializar, pela linguagem, certos dilemas. Trabalhar com metodologia da história oral tem nos ensinado que a construção da narrativa pelos/as entrevistados/as, contém elementos que evidenciam informações que vão além da oralidade e, portanto, são elementos que também devem ser analisados pelo/a pesquisador/a. Se unirmos a voz ao corpo, visualizaremos que os olhares, os gestos, as expressões faciais, o posicionamento das mãos e os silêncios fornecem dados elucidativos para a análise da narrativa. Ao visualizarmos a mudança de postura da militante, percebemos que, no retorno que ela fez à sua militância política, trouxe à tona conflitos presentes em sua subjetividade.

Assim, por mais que a experiência da maternidade tenha surgido espontaneamente durante a entrevista, ao relatar uma de suas prisões, percebemos que Teresa se esquivava das questões que envolviam a maternidade e a relação que tinha, daquela época, com seu filho e filha, demonstrando certo desconforto em relação a esse assunto. Começávamos a entender que, para ela, a conciliação entre militância e maternidade era conflitante. Em suas palavras:

Como é que eu vou dizer isso pra você. Eu não sei se a maternidade é uma coisa que acontece num estalo assim de repente, entende? Por que senão eu acho que não teria tido esse filho e nem a segunda filha, quer dizer, eu acho assim que a consciência do compromisso é um processo! É um processo, é claro que se você tem um filho em condições normais, por que nada normal, nem a gestação foi normal nem a gravidez, nem nada foi normal! Quer dizer, eu não me dei tempo de curtir um bebezinho e esperar... porra! Eu estava fugindo da polícia, estava sabendo que qualquer hora ia dar merda, entende? E fui adiante que nem uma louca! Nas duas vezes, na segunda vez eu achava que ia ter um golpe no Chile e eu tinha um bebê. Então, esse sentimento de maternidade e uma coisa que eu acho, que ele vem, ele vem com o convívio. **Eu não tive tempo de me preparar pra ser mãe, entende?** E quando eu fui viver com os meus filhos eu era uma pessoa que estava completa e acabada de todos os lados e carregando, naquele momento, **uma culpa do tamanho do mundo**, por que eram duas criancinhas que eu tinha gerado e que eu não tinha dado conta! Né?³³ (grifos nossos).

³³ URBAN, Entrevista, 26 abr. 2013.

A experiência da maternidade não estava às margens da militância e a tentativa da militante de se esquivar do assunto foi um sinal para que percebêssemos o quanto ainda eram muito latentes os conflitos de Teresa sobre essa parte de sua de vida. Sabemos que o momento presente interfere na rememoração do passado, portanto da narrativa. Logo, Teresa falou da maternidade vivida nos anos da ditadura, mas com sentimentos, emoções e ressentimentos pertencentes ao presente. A narradora carregava dentro de si uma culpa imensa pela mãe que ela não foi. Não ficou claro se essa culpa a seguia desde a primeira gravidez ou quando seguiu para o exílio e deixou seus filhos com sua família. Ao tratar da maternidade e não da sua militância política, Teresa assumiu que conduzia sua vida de militante atada à de mãe de forma impensada, em suas palavras, como uma louca. Quiçá, ela se autorrepresentasse dessa forma para se justificar frente a julgamentos, que pudessem existir, sobre sua atuação de mãe. Supostamente, parece-nos que a narradora queria se desvencilhar do sentimento de culpa, e buscava figurar o entendimento de que ela não poderia ser totalmente culpada por suas escolhas, decisões e atos. Até mesmo porque, como ela poderia ser uma boa mãe, dentro de um padrão socialmente aceito de maternidade, se ela não teve tempo de se preparar para ser mãe? Ao tocar nesse ponto, a narradora já introduzia a sua noção de maternidade, uma relação afetiva que se estabelece, entre mães e filhos, no convívio diário, rechaçando o entendimento de que seria algo inerente às mulheres. Teresa entendia a maternidade como uma construção social e cultural. Para ela:

a maternidade, é... as relações que você cria com os filhos não são automáticas nunca! Isso é mito. É... acho que eu, talvez, tenha feito uma trajetória ao contrário, porque, como eu não tive eles pequenininho, eu... convivi, a partir do momento que eu comecei a conviver com eles, eu fui construindo uma relação muito forte e... e eles foram a minha âncora. No sentido de que eu precisava aportar em algum lugar, entende? E eles foram. Mas ela foi construída a partir do momento do convívio, talvez, se eu fosse mãe deles nesse período todo eu não... a essas alturas eu já estava **de saco cheio da tal maternidade**, por que isso acontece. Mas, quer dizer, eu, como eu tive um tempo muito grande sem eles, como eu não pude curtir os meus bebês. Quando eu passei a conviver com eles foi muito bom, muito bom, nossa!³⁴ (grifo nosso).

As pausas e as entonações de voz permeiam esse trecho da narrativa, principalmente quando ela levantava a hipótese de que, se tivesse convivido com os filhos durante todo o tempo, talvez hoje pudesse estar de “saco cheio

³⁴ Idem.

da tal maternidade”. Mas, o que a militante queria nos dizer através desta dúvida? Em outro momento, Teresa já havia insistido que a maternidade seria “um dever, Carla, é uma coisa meio assustadora. Eu tenho um pouco de medo dessa palavra maternidade, porque às vezes ela esconde tanta coisa”.³⁵ Ela não parecia se referir a seus filhos ou sobre a relação que havia estabelecido com eles, mas ao padrão de maternidade imposto às mulheres, o que a incomodava Teresa. E isso acontecia porque, possivelmente, em sua subjetividade, ela sentia o peso da mãe que ela não foi, quando era militante.

Eu diria que amor não tem nada a ver com isso [com padrões de maternidade], quer dizer... no sentido seguinte... como é que eu vou te explicar isso, meu Deus, cada conversa complicada... Quando a melhor coisa do mundo é voltar pra casa... é porque de alguma forma teu amor tá ali! Entende? Então é eu acho que é... não tem padrão [de maternidade], entende? E que a mulher pena pra caramba porque os padrões tão aí para cobrar coisa dela, né?! Por que ela não tem que ser só mãe, então é complicada essa conversa, porque ela também tem que ser eficiente no trabalho, ela não pode... vacilar por causa dos filhos, essas coisas todas, então, porra, o que que tá pesando mais o que que tá pesando menos em cada momento é difícil dizer! Mas, é, eu acho o seguinte, o meu termômetro, assim, é... durante muitos anos a melhor parte do meu dia era voltar pra casa. E... nada era melhor do que isso! Eu queria dizer mais uma coisa sobre isso... que veja, aha... é... é, eu acho que uma coisa que é importante assim, aha... que as crianças de qualquer jeito não fiquem excluídas dessa história... por que, não é como se eu tivesse começado do zero, não quero dar essa impressão. Eu era uma pessoa que tinha uma história e que à medida que esses meninos faziam parte dessa história, e à medida que a gente passou a construir uma história a três, eles herdaram minha história passada e isso nunca foi, nunca foi negado e eu nunca deixei é... que eles tivessem, é... soubessem tudo o que eles quisessem saber a respeito, entende? Por que eu achava importante que isso fosse claro, que o meu compromisso fosse um compromisso é... que eles, quando crescessem, pudessem compreender. Acho que hoje eles compreendem. **Quer dizer, que toda essa história é, tem a ver com a vida de todo mundo, que é uma história individual, que pode ser que o começo da vida deles tenha sido difícil e que algumas marcas ficaram, mas que a minha escolha não era individual, era uma escolha olhando até pro futuro deles, entende?** Não sei se compreende isso. Eles não são uma coisa à parte, eu nunca deixei de contar a verdade pra eles. E aí eu fui aprendendo a lidar com essas coisas e a conversar e... e... responder na medida que eles perguntassem senão eles, sem esconder! Né? E... porque eles fazem parte disso, não voluntariamente, mas eles fazem parte. E... acho que deste ponto de vista não foi um erro. Acho que cada um tem uma personalidade muito bem definida, devem ter suas, suas partes cheias de interrogação em relação à relação com o pai e essas coisas todas, mas

³⁵ Idem.

sempre que possível e quando eles querem a gente conversou ao longo da vida sobre todas essas coisas sem nenhum mistério.³⁶ (grifo nosso).

A dificuldade de Teresa de conciliar sua militância com a maternidade ficou muito clara em sua narrativa. Foi preciso, portanto, que ela abandonasse o sonho da revolução para assumir sua condição de mãe. Sobre essa decisão, Teresa não parecia ter ressentimentos. A análise desse fragmento nos fornece detalhes de suas ideias sobre maternidade e possibilita ainda visualizarmos algumas contradições no discurso da narradora. Como já exposto, falar sobre a maternidade não era algo simples para ela. As interdições que construiu em sua fala eram sentidas, principalmente, pelas longas pausas, pelo volume e pela velocidade da sua voz. Assim, é compreensível que a narradora, para delinear sua maternidade, tenha precisado antes questionar os padrões de maternidade, principalmente o modelo socialmente aceito daquela época – o de mãe zelosa e totalmente dedicada a seus filhos. A crítica do quanto esse padrão oprimia as mulheres que não se enquadravam nele foi a forma de Teresa ressaltar que não haveria apenas uma forma de experienciar a maternidade, já que se tratava de uma construção de afeto e não de uma relação naturalizada. Por outro lado, a crítica de Teresa também deixava transparecer que, apesar de ela recusar esse padrão de maternidade normativo, ele ainda era o parâmetro utilizado para pensar sua maternidade.

Para efeito de análise, citaremos novamente uma parte do fragmento acima exposto: “toda essa história tem a ver com a vida de todo mundo, é uma história individual, que pode ser que o começo da vida deles tenha sido difícil e que marcas ficaram, mas a minha escolha não era individual, era uma escolha olhando até para o futuro deles, entende?”³⁷ Sabemos que Teresa, no passado, reconheceu que não deveria mais sobrepor a militância à maternidade. Isso significa, portanto, que renunciou à sua militância para ser mãe, retornou do exílio, se entregou à polícia política e cumpriu sua condenação. Mesmo assim, no entanto, contraditoriamente, no final do discurso, a militante pareceu reabilitar a militância, e criar um sentido de que ser militante foi um projeto pessoal, fruto de uma escolha individual, porém a militância era um projeto coletivo que visava à luta pela liberdade e pela democracia do país.

As ideias apresentadas por Teresa no final do fragmento pareciam tão complexas para ela que nos perguntou se estávamos compreendendo sua linha de raciocínio. Percebíamos que o momento era emblemático para a

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

narradora, ela estava a reinventar a sua subjetividade a partir de seus conflitos com a maternidade. Logo, eram os ressentimentos da mãe que ela não foi que redesenhavam sua narrativa sobre a militância. A narrativa de si, conforme já discutimos, é uma prática de relação renovada de si para consigo e também para com o outro. Nesse sentido, se, para outras narradoras do nosso estudo, essa prática se relacionava com os outros, com Teresa foi com ela mesma. Retomar as memórias sobre sua militância estabeleceu uma relação de força de si para si mesma. Isso foi, conforme a teoria de Gilles Deleuze,³⁸ um trabalho estético dela sobre si mesma, uma dobra que potencializa uma constituição ética de nós mesmos. Ou seja, um trabalho com o qual Teresa construiu um novo olhar para sua própria história e para a sua experiência da maternidade.

A nova história que a narradora contava era uma “história a três”,³⁹ ou seja, com seus filhos foram incluídos e entrelaçados à sua história, não somente porque a herdariam, mas porque Teresa não iria excluí-los novamente. Já então a maternidade dela se impregnava de novos significados. Teresa, portanto, foi uma mãe que, apesar de ter sido ausente na vida de seus filhos – quando pequenos –, conseguiu, mesmo que tardiamente, estabelecer uma “relação muito forte”⁴⁰ com eles. Ainda assim, contudo, a reconfiguração da maternidade não deixou de ser uma tentativa de repensar o sentimento de culpa, que não estava, necessariamente, ligado ao fato de ter engravidado durante a militância, mas por não ter dado conta de cuidar e de conviver com seus dois filhos desde o nascimento. Então, conforme a militante, “e... acho que deste ponto de vista não foi um erro”.⁴¹

Na narrativa autobiográfica, Teresa se defronta com o lembrar de lembranças que, *a priori*, deveriam ser esquecidas, mas, não conseguindo criar uma prática de esquecimento, vai narrando, malgrado o mal-estar que tais lembranças ainda lhe causem. A narradora resistiu em falar sobre a maternidade, mas foi difícil lembrar sua militância política sem atravessar os dilemas e os conflitos da experiência da maternidade. Na narrativa à nossa pesquisa, Teresa salientou que, apesar de algumas marcas terem ficado na história e na vida de seus filhos, ela sabia que eles estavam bem. Mesmo assim, isso não amenizava os conflitos em relação à maternidade, que pertenciam à sua subjetividade e lá persistiam.

³⁸ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013. p. 127.

³⁹ URBAN, Entrevista, 26 abr. 2013.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

Quase no final da entrevista questionamos a narradora se ela mudaria algo em sua trajetória de militante – estávamos curiosos em saber se Teresa, antes de finalizar sua fala, iria retornar ao tema da maternidade. Em resposta, diz ela:

Eu confesso que eu dei uma... atenção muito pequena pra para minha vida pessoal nesse processo todo, assim então... algumas coisas ficaram de lado, entende? Se eu faria algo de diferente... não sei, talvez... Isso era uma coisa que eu tinha que fazer e isso dava um trabalhão danado, então, me cuidar, ter relações afetivas estáveis, esse tipo de coisa nunca deu tempo. Se eu olho pra trás, eu podia ter feito diferente? Não sei! Acho difícil responder, sabe? Se eu poderia ter prestado mais atenção em mim mesma, se eu poderia ter tido uma história afetiva mais estável, não sei... não sei, é tão difícil responder isso. Mas eu sei que, que eu estava numa guerra... em desvantagem absoluta a partir do momento em que eu caí no mercado e que eu tinha que cuidar dos meus filhos e que eu estava sozinha e que eu já/ eu queria, é, vamos dizer assim: e eu não aceitava a possibilidade de ser um... de continuar sendo um peso pra minha família. Então eu fui à luta e fui e deu certo, mas foi uma batalha, né?! E daí não sobrou acho que... nem tempo pra compartilhar com outras mulheres, eu acho que eu continuei sendo uma pessoa meio sozinha, entende? Que essa marca ficou. **Eu presto atenção, ouço muita história, converso muito, mas de dividir, de fazer isso que eu estou fazendo com você agora, eu não sou muito de fazer.**⁴² (grifo nosso).

No trecho citado podemos perceber novamente as pausas e a repetição de algumas palavras. Teresa gaguejou em alguns momentos e se calou em outros. A intencionalidade de apresentar a transcrição da narrativa desta forma foi tornar visível o quanto era difícil e emblemático para Teresa falar sobre si. É interessante ressaltar que a pergunta feita à militante se relacionava ao engajamento político, embora não estivéssemos diferenciando ou separando o público/militância do privado/vida pessoal. Curiosamente, porém, Teresa apenas se referiu às mudanças que faria em sua vida privada. Talvez, despercebida não notou que nos referíamos à militância, por estar conectada com uma leitura do passado que vasculhava a vida pessoal à procura de outras possibilidades de interpretação da sua militância. Se, porém, fôssemos apostar em um motivo, seria o fato de a narrativa – a pesquisa – ter despertado tantos questionamentos subjetivos que Teresa quis falar sobre si e, portanto, não identificou mais a inconciliabilidade entre militância e maternidade.

Por quê? Porque... você não é a primeira pessoa que faz isso e porque eu acho que tem que falar e falar e falar até que isso fique claro. Até que, até que os danos causados pelo regime militar... fiquem claro pra sociedade, entende?

⁴² Idem.

Acho que tem que falar, nem que fale sozinho, nem que falem que ninguém aí que ninguém ouça, mas que não dá pra ficar quieto. Eu nunca fiquei, assim nunca me recusei a falar, eu acho que tem que falar, agora... eu só tenho o olhar um pouco divergente sobre as coisas, eu acho que tem falar da ditadura como fenômeno político muito danoso para este país.

Carla: Como? Falar...

Teresa: Sobre a ditadura como processo político muito danoso pro país e não como a minha história, isso é uma coisa, assim... acho que toda esse meu lá lá lá lá lá lá é porque eu tento... te passar um olhar que não seja um olhar da minha vida e, entende? Só da minha vida.⁴³

Teresa propôs que todos nós deveríamos falar e falar demasiadamente sobre o período histórico, para que todos pudessem conhecer as consequências danosas, que perduram até hoje no país, mas – notadamente – ela não falou muito sobre a ditadura, sua narrativa expunha muito mais a sua vida em relação à ditadura. Era uma prática que, como confessou, não tinha como costume fazer, ou seja, a de dividir seus dilemas e sentimentos atrelados à sua subjetividade.

Possivelmente, essa foi a última entrevista que Teresa concedeu.⁴⁴ Ao considerarmos suas palavras, ela o fazia de uma forma distinta das demais ocasiões em que contou sua história em relação à ditadura. Temos clareza de que o convite para narrar seu protagonismo político provocou, de alguma forma, que ela reinterpretasse suas memórias, mas parece-nos que Teresa já vinha há algum tempo travando alguns duelos com suas memórias, principalmente com suas memórias maternas e a militância política. Como nos explica Rago, “reinventar-se significa despedir-se de quem um dia fomos, a fim de construirmos outras subjetividades, dando passagem a novas formas de expressão”.⁴⁵ Ficamos a nos perguntar se, possivelmente, foi por esse motivo que Teresa se havia permitido construir um percurso narrativo tão singular – que exprimiu dimensões de sua subjetividade – e tão distinto das suas outras narrativas. Diante de nossas análises, poderíamos afirmar que essa foi a maneira como Teresa rememorava seu passado, muito perto do final de sua vida.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Para que nossa afirmação não pareça leviana, é importante ressaltar que procuramos, em diversos meios de comunicação, entre jornais impressos e sites da internet, entrevistas com Teresa depois da data da nossa conversa. Encontramos inúmeras entrevistas, todavia, eram reedições de entrevistas já feitas há bastante tempo e recentemente foram novamente publicadas pelo falecimento de Teresa. Não queremos insinuar que a última vez que a militante tratou do tema tenha sido durante a entrevista que fizemos com ela, mas, se levarmos em consideração que não encontramos entrevistas após aquela data e que Teresa faleceu dois meses após a entrevista à pesquisa, podemos sugerir que nosso encontro pode ter sido a última entrevista de Teresa.

⁴⁵ RAGO, op. cit., p. 152.

Finalizando nossas interpretações sobre a memória de Teresa e a reinvenção de sua subjetividade na reconstituição de si mesma, voltamos a ouvir sua entrevista, já que, de certa forma, a narrativa da militante ainda despertava algumas inquietações, especificamente sobre a experiência da maternidade e suas relações com a militância política. Não era pelo fato de entendermos que, de forma conclusiva, a análise produzida estivesse incompleta ou completa, até mesmo porque não partíamos do princípio de que esgotaríamos todos os temas apresentados pela narradora. Todavia nossas reflexões permitiram um novo olhar sobre a mesma entrevista. Assim, o retorno à entrevista não somente aguçou as inquietações, como permitiu o sentido de que ouvíamos outra entrevista, como se Teresa tivesse sido entrevistada por uma segunda vez. Retornamos à leitura das considerações acima expostas e, ao mesmo tempo em que concordávamos com elas, saltava-nos à mente a possibilidade de traçar outro percurso analítico. Em verdade, Teresa havia subvertido nossa análise sobre a relação militância e maternidade. Assim, antes de simplesmente desconsiderar e de refazer nossa análise, o que de fato não era o caso, decidimos propor novas perguntas: –E se os conflitos subjetivos da militante não estivessem vinculados à maternidade, mas a militância? –E se fosse o caso de Teresa, de fato, nunca ter renunciado à militância – como parecia?

As expressões usadas por Teresa, como “eu sempre fui fora do eixo”, “eu sempre fui uma criatura meio atravessada”⁴⁶ e “não era uma criatura muito conformada, nunca fui!”⁴⁷ foram a forma da narradora se autorrepresentar como uma rebelde desde a infância. Os duelos travados com sua mãe na defesa do seu direito de escolher um projeto pessoal, nesse caso o jornalismo – uma profissão considerada, naquela época, masculina –, representavam a alteridade de Teresa em relação às mulheres de sua família. Sua irmã, depois de terminar os estudos do colegial, casou-se, “era a regra” e suas primas foram para a universidade cursar Ciências Naturais, curso que preparava para a licenciatura e, portanto, uma graduação socialmente aceita para as mulheres. Teresa marcava, com sua narrativa, um lugar distinto.

Essas experiências, ao serem narradas, acentuaram ainda mais a intransigência de Teresa, e o quanto, para aquela época, ela foi a excentricidade em pessoa. Parece-nos que não há um momento da narrativa em que ela não constrói essa personalidade rebelde, seja se referindo ao passado ou ao presente. “Sabe o que é, Carla, é porque eu... eu acho que eu transferi meu gás pra

⁴⁶ URBAN, Entrevista, 26 abr. 2013.

⁴⁷ Idem.

questão ambiental e eu continuo muito viva, muito agitando”,⁴⁸ portanto, a militância persiste e dá sentido à sua vida, ou seja, a militância é constituinte de sua vida e Teresa personifica a militância.

Retornemos ao primeiro fragmento da narrativa de Teresa sobre a maternidade, onde ela diz: “a hora que eu fui presa, a decisão de deixar ele fora tinha dois aspectos”.⁴⁹ A narradora estava se referindo ao momento específico daquela prisão, em que deixou seu filho sozinho em casa, ou estava a falar da militância política? Teresa não mencionou se a gravidez de seu primeiro filho foi planejada. Apenas disse que teve liberdade para engravidar. Talvez falasse de sua família ou da organização de esquerda a que estava ligada, todavia não temos elementos para determinar se a maternidade foi uma escolha pessoal para Teresa. Parece-nos, porém, que, até o momento da sua prisão, a experiência da maternidade – gestação e poucos meses de nascimento de seu filho –, para ela era conciliável com sua militância, mas os desdobramentos que se seguiram à sua prisão começam a mudar a visão que Teresa tinha dessa relação.

Quando eu decido vir pra cá eu come/ e me entregar, **eu acho que eu começo a ter uma... é, eu acho que... é umas coisas que você pensa de repente depois pode se arrepender de falar. Mas assim, é como se eu tivesse decidido a não mudar o meu destino.** Quando eu me entreguei aqui, eu assumi e a minha condição de mãe. [...] E eu renunciei os meus sonhos de uma revolução. Pode até dizer que já estava sepultado, pode ser que estivesse, mas é, digamos assim, eu decidi vir me entregar porque eu achava que ser presa aqui, cumprir a pena, era um jeito de eu começar a cuidar dessas crianças!⁵⁰ (grifo nosso).

Nesse fragmento Teresa produziu uma interdição à sua narrativa. Ao falar sobre o tema, a militante, entre silêncios e dilemas, buscou uma maneira consciente de estruturar sua narrativa, pois parecia se preocupar com a dimensão do nosso entendimento sobre suas palavras. Com hesitações, a narradora assumiu que seu destino era ser mãe, mas, antes de pronunciar tal constatação, assumiu também que poderia se arrepender de suas palavras. Supostamente, para ela, ao dizer que seu destino era a maternidade, estaria negando para si mesma – e em uma entrevista sobre sua vida, que possivelmente tinha como objetivo construir um perfil – a importância que a militância teve em sua vida. A expressão: “se arrepender de falar”⁵¹ mapeia o conflito

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

de Teresa ao refletir sobre a experiência da maternidade, que parece ter sido um destino não escolhido para si e lhe foi imposto pela sua identidade de gênero, pois a maternidade é uma função social feminina, portanto recaíram sobre ela as gestações e os cuidados do filho e da filha. Em algum momento Teresa precisou fazer escolhas e, conseqüentemente, assumir renúncias. Será que ela renunciou ao sonho da revolução? É nesse sentido que propomos o seguinte eixo interpretativo: a leitura do passado de Teresa está vinculada ao exercício da militância, que foi atravessada pela maternidade.

Assim, talvez pudéssemos pensar que o retorno da militante ao Brasil – depois do exílio – foi uma estratégia para retornar, pois somente estando no país ela poderia dar continuidade à sua ação política. Não desconsideramos os seus sentimentos de que deveria retornar e cuidar seus filhos, mas não podemos descartar a hipótese descrita acima. Ora, é aí que se encontra uma questão fundamental, a de que se nós, na formulação da análise, não conseguimos deixar os sentimentos de Teresa por seu filho e sua filha à margem, Teresa muito menos ao rememorar o seu passado político. E, assim, como tratar de tais questões?

Aha... Nos primeiros anos acho que a coisa mais fundamental pra mim era estabelecer uma relação de equilíbrio mínimo com as crianças, né?! Isso me pesava e se eu disser que não me pesa até é mentira, porque sempre foi uma coisa, assim, aha... não é culpa, é outra coisa... é uma sensação de responsabilidade, eu com relação a tanto de sofrimento que eles tiveram por conta de uma decisão minha, né?!⁵²

Outro elemento, o sentimento de culpa narrado por ela em outro momento, parece estar no passado, quando ela cumpriu sua condenação e, muito fragilizada e sozinha, precisou dar conta de sua vida profissional e familiar. No momento da narrativa, o sentimento ficou percebível à militante, mas não era culpa, senão a responsabilidade do que a sua militância fez a suas vidas.

Considerações

Teresa não abandonou a militância, e talvez seja por isso que os conflitos com a maternidade ainda existam. A nova mirada que Teresa teve sobre si mesma, pela e através da narrativa de si, foi um modo de subjetivação, dentro do que Rago entende como “a criação de um espaço subjetivo próprio como abrigo para instalar-se e organizar a própria vida”,⁵³ pois, como afirma Judith

⁵² Idem.

⁵³ RAGO, op. cit., p. 141.

Butler, o sujeito encontra a possibilidade de potência dentro da sua própria subordinação.⁵⁴

Continuamos a entender que a maternidade e a militância são inconciliáveis para Teresa, contudo parece-nos que não foi a identidade de militante que não lhe permitiu ser mãe, mas a experiência da maternidade que lhe impediu de desempenhar o projeto pessoal pela ação política.⁵⁵ Essa relação produz sentidos, entre eles, o conflito subjetivo que aponta para um trabalho sobre si em vista de reconstituir uma ética do eu. Trata-se de uma relação de força que produz a reinvenção de sua subjetividade, já que falar da militância e da maternidade é um conflito subjetivo, pois Teresa parece ter ressentimentos de abandonar a revolução por uma imposição do destino e de sua identidade de gênero e, ao mesmo tempo, tocar em um tema que pode no presente criar ressentimentos e ressignificar a relação materna com seus filhos.

Por fim, Teresa, quando aceitou contribuir com a pesquisa, sabia que estávamos interessados em saber sobre a sua história de vida durante a ditadura no Estado, pois havíamos deixado claro que a pesquisa tratava de protagonismos femininos na política. A narrativa de Teresa seguiu o encaminhamento que demos à entrevista, ou seja, provocamos a sua rememoração. Suas memórias não estavam dadas, pré-elaboradas e à espera da verbalização. A memória não é um depósito de lembranças, é “um fenômeno construído social e individualmente”.⁵⁶ Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, na relação entrevistador/a e entrevistado/a, “desde o início da coleta do material, quem comanda toda a atividade é o pesquisador, pois foi devido a seus interesses específicos que se determinou a obtenção do relato”.⁵⁷ Quando a narradora revelou que não havia compartilhado sua história da maneira tão subjetiva, possivelmente ela questionou o nosso método de trabalho. Talvez, ao expor tantos dilemas e conflitos, sentimentos e contradições, ela não concordasse que a história da ditadura deveria passar pelo viés interpretativo da sua vida privada.

Depois de conhecer Teresa, foi impossível não sentir uma empatia por ela, tínhamos a percepção de que havíamos conhecido uma pessoa com uma

⁵⁴ BUTLER, 2009, op. cit.

⁵⁵ É importante considerar que o projeto pessoal pela ação política das mulheres teve inúmeros desdobramentos para a vida das militantes, especialmente dada à violência política adotada pelos *órgãos* públicos da segurança na ditadura militar. Portanto as dificuldades e empecilhos a militância foram diversos, porém estamos neste momento a problematizar os aspectos subjetivos entre maternidade e militância.

⁵⁶ POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. v. 5. n. 10, p. 200-212. 1992. p. 204.

⁵⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von. *Experimentos com histórias de vida* (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 18.

capacidade impressionante de análise do vivido e sabia que mais tarde iríamos nos arrepender de não ter filmado esse encontro. O que de fato aconteceu. Teresa faleceu no dia 26 de junho de 2013, exatamente dois meses após a entrevista. Um dos jornais que noticiou o seu falecimento a descreveu da seguinte forma: “Teresa Urban, a jornalista, ambientalista e escritora”. Apesar de nossa conversa ter sido breve, e eu ter conhecido apenas uma partícula de Teresa, penso que ela teria gostado da seguinte referência: “Teresa Urban, mãe de Gunther e Lupe, a Batista, militante política, jornalista, ambientalista e escritora”.

Artigo recebido para publicação em 31/08/2016

Artigo aprovado para publicação em 15/11/2016